

Plebiscito valendo nota!
Uma experiência pedagógica em turmas da 3ª série do Ensino Médio no Colégio Pedro II

Plebiscite worth note!
A pedagogical experience in classes of the 3rd grade of High School in Colégio Pedro II

Marcelo da Silva Araujo
 Colégio Pedro II
 Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
 msaraujo@cp2.g12.br

RESUMO: Trabalhando o tema “Política e Poder no Brasil”, constante da grade curricular da 3ª série do Ensino Médio do Colégio Pedro II, propôs-se às turmas a realização de uma experiência de plebiscito ou referendo com os estudantes do *campus*. Seriam propostos temas polêmicos como a legalização da maconha, a união estável homoafetiva, a regulamentação da pena de morte e a questão do aborto. A consulta, porém, ultrapassou o formato de um plebiscito ou de um referendo, transformando-se numa pesquisa de opinião, especialmente norteados pelo conceito de Educação Política. As conclusões apontam que a atividade é produtiva em razão de refletir sobre temas contemporâneos e de mostrar, ainda que de modo incipiente, as contradições da vida social – e, em nosso caso, especialmente do segmento jovem – que oscilam entre posturas vanguardistas e posturas reacionárias.

Palavras-chave: Pesquisa na escola básica, Temas polêmicos, Protagonismo estudantil, Contradições da vida social, Atividade escolar interdisciplinar.

ABSTRACT: Working the theme "Politics and Power in Brazil" included in the curriculum of the 3rd year of high school of the Colégio Pedro II, we proposed to the groups who performed one referendum experience for all students of the *campus*. It would be proposed controversial issues as the legalization of marijuana, homosexual marriage, the regulation of the death penalty and the abortion question. The query, however, exceeded the shape of a referendum, becoming a survey research, especially guided by the concept of Political Education. The findings show that the activity is productive due to reflect on contemporary themes and to show, in an incipient way, the contradictions of social life - and, in our case, especially the young layer – oscillate between avant-garde and reactionary postures.

Keywords: Research in basic school, Controversial issues, Student leadership, Contradictions of social life, Interdisciplinary school activity.

Originais recebidos em: 23/03/2016
 Aceito para publicação em: 27/11/2016



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/) Atribuição-Usos Não-Comerciais-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License.

1. Introdução

Sabemos que os mecanismos do plebiscito, do referendo e da consulta popular instituídos pela Constituição Federal de 1988 são importantes ferramentas e que servem como radar democrático para perceber o pensamento da coletividade acerca de temas candentes.¹

Estes temas são *via de regra* delicados no que se refere à sua implementação através de legislações e políticas públicas vinda de cima: assim foi, em amplitude nacional, nos plebiscitos de 1963, sobre o sistema de governo a ser adotado, e de 1993, sobre o sistema (mas também quanto ao regime de governo) a vigorar, atendendo, quanto ao regime, à determinação constitucional. O mesmo se viu no referendo de 2005, acerca da proibição da comercialização de armas de fogo e munições.

O que ainda é novo, porém, é sua utilização para fins didáticos, como experiência pedagógica, no cenário escolar brasileiro.

O universo escolar é, no sentido positivo do termo, um excelente laboratório para medir opiniões e entendimentos através de práticas pedagógicas de consulta sobre temas delicados ao estudante. Longe, naturalmente, de reproduzir com fidelidade os mecanismos típicos e adequados de uma consulta da amplitude de um plebiscito ou de um referendo, a experiência é instigante, em razão das ricas possibilidades de análise dos dados obtidos.

Considerando os sujeitos em formação em que se constituem os nossos jovens estudantes, verificar suas opiniões sobre temas “espinhosos” (em termos morais, religiosos ou da própria lei) ou que ferem suscetibilidades, como a questão da legalização do aborto ou da legalização da maconha, pode ser um esclarecedor exercício de interpretação que envolve classe social, gênero, cor de pele, credo religioso etc.

Assim, como professor de Sociologia do tradicional Colégio Pedro II, o autor propôs aos estudantes da 3ª série do Ensino Médio, cujo tema constante da grade curricular envolvia política e poder no Brasil, que realizassem uma experiência de plebiscito junto aos estudantes de todas as demais séries do Ensino Médio. Isto porque, dada à amplitude do tema (que engloba, para citar lados diametralmente opostos,

¹ No seu artigo 14, a Constituição Federal de 1988, atendendo às diversas reivindicações populares, estabeleceu alguns mecanismos de participação política, tais como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, para garantir, ao menos no âmbito formal, a democracia participativa.

questões partidárias e parlamentares e questões de foro íntimo e ligado às relações privadas), optou-se, em razão das exigências do programa para o trimestre, por um ensaio de pesquisa dentro do próprio *campus*.

Deste modo, temas polêmicos como o da legalização do aborto, da legalização da maconha, além da união estável homoafetiva e da legalização da pena de morte, ultrapassaram, no processo, o formato de perguntas diretas e objetivas, características dos mecanismos de consulta em questão, transformando-se numa pesquisa de opinião.

O resultado foi instigar interessantes conclusões e interpretações sobre como pensavam os jovens de então acerca de problemas concretos que mobilizam setores da sociedade, criando tensões, reivindicações e uma ausência de consensos que têm efeitos por vezes temerosos para a convivência social.

Este relato de experiência não objetiva deixar de lado as dificuldades e insucessos da atividade. Ao contrário, na intenção de ser uma contribuição para outros professores no que se refere às ações didático-pedagógicas, argumenta de saída que a principal dificuldade se deveu às inúmeras demandas dos estudantes em relação a trabalhos, testes e provas, o que prejudicou a dedicação às atividades de organização e realização do plebiscito.

O fato de a atividade ter sido proposta com cerca de um mês de antecedência (para que os estudantes pudessem realizá-la a contento), prevendo a formação de grupos ou comissões com cinco estudantes cada (responsáveis pelas campanhas contra e a favor, pela coleta e análise dos dados e, por fim, pela apresentação dos resultados), revelou-se insuficiente para alcançar o objetivo. Ou mesmo, e isso nunca pode ser esquecido, a percepção clara de que alguns estudantes simplesmente adotaram em grande parte do tempo a postura de “caronas”, eximindo-se de sua parcela de responsabilidade sobre o sucesso do trabalho: esse é sem dúvida, no tocante à avaliação, um dos grandes problemas em atividades pedagógicas que envolvam grupos grandes e cuja nota avaliativa a ser alcançada tem peso igual para toda a turma...

Apesar disso, das 4 pesquisas que tiveram lugar, duas ousaram ampliar o universo consultado e incluíram os segmentos docente, dos servidores técnicos e de apoio da comunidade escolar - este compreendido como funcionários de empresas contratadas para conservação do espaço, da segurança, entre outras funções.

Desejo chamar a atenção aqui, como mencionei acima, para a demonstração da habilidade, competência e autonomia intelectual e técnica dos estudantes, além da

organização para levar a cabo as etapas da atividade. No processo de apuração dos resultados, contei com o valioso auxílio de alguns colegas professores de Matemática no tratamento dos dados, instrumentalizando os estudantes a operarem adequados programas de computador nas análises e interpretações do que foi recolhido.

É interessante constatar que estudantes com uma decidida inclinação por áreas inegavelmente distantes da Sociologia (como a Física ou a Química) engajaram-se não somente no trabalho, digamos, mais “braçal”, como também na utilização dos termos e formas inequívocas de interpretação sociológica de dados de pesquisa.

2. Do plebiscito à pesquisa de opinião: o embasamento teórico-conceitual

A fundamentação da proposta pedagógica aqui relatada, bem como a do texto como um todo, repousa sobre dois esteios: o teórico e o conceitual. O primeiro é iluminado pela obra *A cidadania ativa* (2000), da cientista política e professora Maria Victoria de Mesquita Benevides. O outro, a dimensão conceitual é alimentada pela noção de Educação Política, especialmente debatido por autores como Dantas (2010), Resende (2010) e Forlini e Fernandes (2016).

Constituindo o polo teórico, portanto, o livro, inspirado na gradativa consolidação da Constituição Cidadã, foi originalmente escrito ainda nos anos 1990. A autora objetiva mostrar que o “sistema representativo exclusivo” não traduz as aspirações do povo, apontando, como solução, o caminho da democracia semidireta para “recuperar a soberania popular” que, segundo ela, é a associação entre a democracia representativa – eleições – e os mecanismos de democracia direta. Assim, deixaríamos de ser “meros espectadores do jogo político para nos tornarmos cidadãos realmente ativos”. Deste modo, o que pretende a autora é apresentar os percursos possíveis do exercício mais verdadeiro da cidadania, da educação política do povo e do aprimoramento do tão desgastado processo democrático brasileiro.

Benevides (2000, p. 34) explica as origens etimológicas dos termos “plebiscito” e “referendo”, a seguir:

Plebiscito vem do latim (*plebis + scitum*) e originalmente designava, na Roma Antiga, a decisão soberana da plebe, expressa em votos. Mais tarde, o plebiscito tornar-se-ia uma simples formalidade para “legitimar” os cônsules investidos de poder supremo, como Pompeu e César, vindo daí a expressão ‘cesarismo plebiscitário’. *Referendo* vem de *ad referendum* e origina-se da

prática, em certas localidades suíças, desde o século XV – como os cantões de Vallais e Grisons –, de consultas à população para que tornassem válidas as votações nas assembleias cantonais. Com a difusão da prática, “referendo” passou a ser sinônimo de consulta popular. No sentido moderno, a ideia de referendo permanece associada à Revolução Francesa e aos debates entre os defensores da soberania popular, inspirada em Rousseau, e os partidários da soberania nacional – entendida como soberania parlamentar – segundo a fórmula de Sieyès.

Hoje, apesar da indefinição, tanto referendo quanto plebiscito são entendidos como modos de expressão da opinião ou da vontade dos cidadãos, em votação livre e secreta, sobre uma medida que foi ou poderá vir a ser adotada pelos poderes constituídos, no plano nacional ou local. Para a autora, a equivalência semântica dos referidos termos extrapola o meio político, não existindo nem mesmo um razoável consenso sobre a distinção entre os dois conceitos.

Não obstante, as experiências brasileiras com suas respectivas distinções e aplicações estão como afirmamos, definidas constitucionalmente. Assim, no plebiscito a população decide pelo voto uma determinada questão, sendo apenas o Congresso Nacional que pode convocá-lo. Em última instância, o Executivo tem a prerrogativa de enviar uma mensagem ao Legislativo propondo a convocação deste mecanismo.

Como afirmamos acima, o Brasil experimentou dois plebiscitos de âmbito nacional. O primeiro, realizado em 6 de janeiro de 1963, no governo do presidente João Goulart (Jango), definiu um impasse constitucional. Isto porque o parlamentarismo havia sido adotado após a assunção de Jango, em 7 de setembro de 1961, porém os eleitores preferiram retornar ao sistema presidencialista, já conhecido da população e tido, por isso, como mais seguro institucionalmente.

A outra experiência ocorreu em 1993. A 21 de abril de 1993, a consulta foi para decidir que regime (monarquia ou república) e que sistema de governo adotaríamos (parlamentarismo ou presidencialismo). Optou-se, mais uma vez, pela manutenção do regime republicano e do sistema presidencialista. Uma terceira experiência, de relevância regional e não nacional, deu-se em dezembro de 2011. Nela, a população do estado do Pará foi convocada a votar pela divisão do estado em três – Pará, Carajás e Tapajós, originalmente regiões que constituem o território da unidade da federação –, votando contrariamente à divisão.

O referendo, por sua vez, diz respeito exclusivamente a atos normativos, de nível legislativo ou de ordem constitucional, devendo ser convocado após a edição destes atos

para conformar ou rejeitar normas legais ou constitucionais vigentes. O único referendo no caso brasileiro foi realizado em 23 de outubro de 2005, tendo como tema central, a proibição ou não da comercialização das armas de fogo e munições. Com efeito, estava em questão, o Artigo 35 da Lei Federal nº 10.826, de 23 de dezembro de 2003, mais conhecido como “Estatuto do Desarmamento”.

O resultado final foi contra a proibição, proibição esta amplamente defendida pelo próprio governo como medida de frear o contrabando destes equipamentos que, entre outros prejuízos, lesavam os cofres públicos pela não retenção de impostos.

Cabe destacar, que houve um intenso debate levado a cabo por entidades da sociedade civil organizada e pela grande mídia, contra e a favor da proibição. Os argumentos giraram em torno, principalmente, da liberdade individual em relação ao Estado e ao aumento potencial dos casos de violência com utilização de armas de fogo.

Os estudantes leram os textos adaptados da autora em questão e tiveram acesso, no processo de escolha do tema a ser abordado, aos debates que mencionamos acima, quer fossem informados pelos professores, quer por sua própria busca.

Quanto ao prisma conceitual, após trabalhar diversos conceitos relacionados direta ou indiretamente ao campo da política ao longo do ano letivo, mostrou-se interessante aferir na prática do âmbito escolar o conceito de Educação Política.

Auxiliado por Forlini e Fernandes (2016, p. 32), em sua alusão à teoria de Robert Dahl, penso ser um critério essencial ao processo democrático a compreensão esclarecida. Isto é, dentro de razoáveis limites de tempo, cada cidadão deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as “políticas alternativas” pertinentes e suas principais consequências. Se coloco o termo políticas alternativas entre aspas é porque compreendo que a natureza de permanente potencial (já que, a despeito de sua necessidade real, estes dispositivos foram acionados poucas vezes²) do plebiscito e do referendo converte-os em mecanismos de difícil acionamento, dada sua força de transformação, indesejada por larga fatia das elites políticas e econômicas.

Defendendo a importância e a necessidade do desenvolvimento de processos de Educação Política, diversas pesquisas (autores supracitados) com indivíduos em idade escolar atestam que os mesmos, após experimentarem ações de Educação Política,

² Entre outras exemplificações possíveis, destaco a polêmica causada pela PEC 55/2016 (originalmente PEC 241/2006) a respeito da qual alguns senadores e senadoras da República defendem a aplicação de um referendo dado o seu impacto socioeconômica na realidade brasileira.

reconhecem seu caráter fundamental não somente para sua própria formação mas, sobretudo, para a sociedade em sua totalidade.

Mas, refletindo um pouco sobre uma passagem da história da Educação Política, concordo com Resende (2010) quando ele lembra que, devido à utilização do tema no e pelo regime civil-militar (1964 a 1979), a Educação Política em âmbito escolar passou a ser considerada pejorativa e doutrinadora pelos educadores e mesmo pela coletividade mais ampla. Ainda para o autor, em outros contextos políticos e intelectuais, o campo da educação cívica é considerado neutro ou positivo ao educar os indivíduos para a compreensão e a prática de seus direitos e deveres como membros de uma comunidade política, muitas vezes tendo como sinônimo “Educação para a cidadania”.

No formato majoritariamente utilizado hoje em dia, há uma potencialidade da opção de dar voz aos estudantes para que exponham suas percepções, ideias e considerações a respeito da Educação Política em sua interligação com o sentido que a escola e a própria política têm para si. Há nesta ferramenta, de acordo com Forlini e Fernandes (op. cit., p. 37-8), “um potencial latente de contribuir para a produção de sentido no Ensino Médio”, visto que a dimensão da cidadania e da vida em uma democracia entremeia e ultrapassa os “limites da preparação para o mercado de trabalho” e mesmo da preparação para níveis de ensino subsequentes.

Tais processos contribuem para a qualidade da própria democracia no país, na medida em que percebemos quão ricas podem ser as discussões políticas e as percepções da sociedade que eles, os estudantes, apresentam. Deste ponto de vista, a Educação Política para a democracia precisa extrapolar os conhecimentos objetivos e dar conta de atitudes, práticas e comportamentos que dizem respeito não só ao governante eleito como ao cidadão no cotidiano.

Genericamente, as atividades de simulação podem ser bem amplas e envolver processos eleitorais, atividades do poder judiciário, campanhas políticas, exercício do cargo de governantes, assembleia, entre muitas outras modalidades que trazem uma vivência da estrutura e organização política em termos conceituais, sem deixar de lado a dimensão valorativa e a relação com o cotidiano dos estudantes.

Assim, os debates contribuem não somente para a construção da opinião, mas para a busca da autonomia nessa construção. O contato com temas e opiniões diferentes, lógicas argumentativas e diálogos com notícias cotidianas e conceitos políticos

fortalece, cuidando para prezar pela isonomia no tratamento com os diferentes pontos de vista, a construção de um senso crítico e o próprio exercício democrático.

3. Proposta e etapas da pesquisa: o plebiscito valendo nota!!!

Como afirmado, objetivando promover uma atividade prática de consulta e análise, orientei a realização de plebiscitos ou referendos, enquanto simulações do exercício de soberania popular junto à comunidade escolar, na esteira do conteúdo curricular “Poder e Política no Brasil”, referente ao 2º trimestre, da 3ª série do Ensino Médio.

Para tanto, solicitei aos estudantes que escolhessem um único tema de relevância nacional a ser trabalho pelo conjunto de sua turma, tangenciando questões acerca do sistema legal, da utilização de substâncias químicas qualificadas como ilícitas, da sexualidade e da gestação indesejada. Como ferramenta de viabilização, foi definido um público-alvo para a realização das enquetes que serviram para subsidiar as campanhas “a favor” e “contra” o tema escolhido.

A atividade foi o trabalho do trimestre e teve valor máximo de 3,0 pontos para o conjunto de estudantes de cada turma. Assim, as turmas se dividiram internamente em comissões para dar conta da tabulação das enquetes, da realização e análise do resultado final das campanhas plebiscitárias ou dos referendos.

Este relato vale-se do resultado, construído em parceria, para a tabulação dos dados, com os docentes de Matemática, aliando teoria e prática. Esta parceria tornou a atividade interdisciplinar, fazendo com que os conhecimentos sociológicos e matemáticos pudessem dialogar, contribuindo na produção de conhecimento de estudantes e professores.

Valemo-nos, assim, de Frigotto (2008, p. 43), que ao defender a perspectiva pedagógica da interdisciplinaridade, postula que:

O caráter necessário do trabalho interdisciplinar na produção e na socialização do conhecimento no campo das Ciências Sociais e no campo educativo que desenvolve no seu bojo, não decorre de uma arbitrariedade racional e abstrata.

Em outras palavras, decorrendo da própria forma de o homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social, a

interdisciplinaridade pode então, nesse caso, propiciar uma maior compreensão do indivíduo enquanto ser social, pois caminha na contramão da progressiva fragmentação do conhecimento científico.

3.1. Caminhos metodológicos da experiência pedagógica

Para fins estritamente pedagógicos, considerou-se, de forma simples e objetiva, o referendo como o processo pelo qual a população aprova ou rejeita um projeto que já tenha sido aprovado pelo Legislativo (isto é, em nosso caso, alguma determinação já instituída pelas instâncias competentes) e o plebiscito como o processo em que a população nacional ou local decide pelo voto uma determinada questão.

Porém, como já informado, o que se viu foi a ultrapassagem qualitativa da técnica plebiscitária, uma vez que os estudantes levantaram informações sobre a família (grau de instrução dos pais ou renda total), sexo do respondente, local de residência, crença religiosa etc.

Vale enfatizar que os estudantes elaboraram, sob minha supervisão, todas as etapas e procedimentos da experiência pedagógica, a saber:

- ✓ Escolha do tema, do mecanismo de consulta e do universo a ser consultado;
- ✓ Formação de comissão para gerir o processo em sua totalidade;
- ✓ Discussão e criação das variáveis de análise dos dados;
- ✓ Divulgação escrita e oral da consulta e de seus objetivos junto ao público a ser consultado;
- ✓ Elaboração de listas e confecção de materiais de coleta de votos (listas de votantes, cédulas, urnas, cabine de votação etc.), além de questionários para aferir maiores informações, tal como informado acima;
- ✓ Tabulação, análise e interpretação dos dados; e,
- ✓ Publicização e apresentação dos resultados à comunidade escolar (esta fase foi prejudicada pelas demandas de atividades que citamos anteriormente).

A escolha dos temas, dos mecanismos de consulta e dos “universos de pesquisa” a serem consultados se deu de forma autônoma nas quatro turmas, tendo sido exigida a não repetição temática ou semelhança dos objetivos mais gerais.

No tocante à escolha, houve a indicação de serem trabalhados enquanto objeto de votação e pesquisa, os temas de relevância nacional como a regulamentação da pena de morte, a legalização da maconha, a união estável homoafetiva e a questão do aborto.

Com os temas devidamente escolhidos, partiu-se para a definição do universo de pesquisa e das comissões (defensores de cada campanha política por tema, apresentadores das perspectivas histórico-conceituais dos processos plebiscitários e de referendo, organizadores/analistas dos instrumentos de pesquisa e resultados finais das enquetes), assim como dos responsáveis gerais por turma. Definiu-se ainda que o produto final fosse apresentado na forma de cartazes contendo gráficos e tabelas analíticas, *banners* ou suportes semelhantes, além da facultativa apresentação “especial” visando informar os resultados ao conjunto da comunidade escolar.

Para que os estudantes pudessem “botar na rua” suas campanhas políticas, houve um prévio preparo metodológico, sendo trabalhados aspectos relativos à elaboração de questionário para as enquetes pretendidas e aos critérios para a definição de uma amostra de pesquisa, a partir de um dado universo.

No tocante à tabulação dos dados, os professores de Matemática contribuíram sobremaneira, principalmente no que diz respeito ao trato estatístico. Essa integração conferiu uma dimensão interdisciplinar à proposta pedagógica, o que agregou positivamente em todo o processo ensino-aprendizagem. E, com relação à Matemática, conforme Moraes et al. (2006, p. 114),

a Sociologia tem-se valido enormemente dela nas suas pesquisas quantitativas e, em boa medida, da Estatística. Esse ramo da Matemática tem tido papel decisivo em pesquisas de campo das Ciências Políticas, por exemplo, no que se refere ao comportamento eleitoral. De modo que um possível tópico de um programa de Sociologia no Ensino Médio é trabalhar com tabelas e gráficos, sem o que parte relevante dos conhecimentos sociológicos e políticos ficaria ignorada.

As campanhas políticas foram o ápice da atividade, tendo contado com grande entusiasmo discente, tanto na elaboração dos materiais de divulgação, quanto nas defesas de posições. Os estudantes levantaram material midiático e acadêmico, chegando a realizar debates em sala de aula e no pátio escolar sobre os temas, municiados por materiais de divulgação das suas respectivas “bandeiras de luta”.

Por fim, dadas as limitações de tamanho deste relato, tratarei especificamente de dois dos quatro temas citados, a fim de nos debruçarmos mais longamente sobre eles.

Para a finalidade deste relato, como disse, espero ser suficiente apresentar os respectivos resultados e assim contribuir para que outras bem sucedidas experiências possam florescer.

3.2 A legalização da maconha – a experiência da turma 1305

A turma contava com 30 estudantes que foram distribuídos nas comissões mencionadas. Alguns temas de grande discussão naquele momento foram sugeridos: a divisão do estado do Pará, o Novo Código Florestal e a legalização da maconha. Em regime de votação, os estudantes da turma decidiram-se pelo último tema, a legalização da maconha.

A partir daí, decidiu-se que as demais turmas da 3ª série constituiriam o universo a ser investigado, ou seja, seriam os pesquisados. Definiu-se coletivamente que o período da campanha seria a última semana de abril e que a mesma se daria mediante cartazes afixados nos muros do colégio, assim como a confecção e a distribuição interna de folhetos.

Com a orientação docente, as equipes das campanhas e de campo se reuniram duas vezes por semana durante um mês para tratarem especificamente das questões do plebiscito. Nesse sentido, a dúvida consistia em fazer um trabalho que não fosse tendencioso, isto é, não se posicionando nem a favor e nem contra a legalização da maconha. Achar o tom adequado para evitar criar suscetibilidades na comunidade escolar passou a ser uma importante preocupação.

Diversas foram as versões de questionários e folhetos elaborados para tentar reduzir a resistência da direção do campus, que estava temerosa quanto à prudência da reprodução do brasão e do nome do Colégio no material de divulgação (ver abaixo), o mesmo se devendo à propriedade do apoio da equipe docente de Sociologia e do Setor de Informática, que ajudou na confecção dos folhetos.

Foram necessárias rodadas de diálogo entre as partes para sanar tais desencontros, sendo, por fim, autorizada a reprodução do material e subsequente campanha. O processo de pesquisa, vale dizer, transcorreu em clima de tranquilidade institucional.

Frente e verso do folheto de divulgação a favor da legalização da maconha³

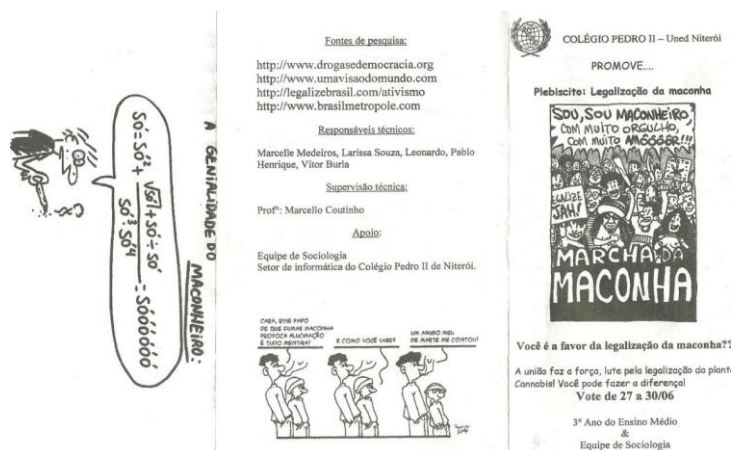


Figura 1

1. Antigamente a maconha era liberada



Não havia nenhum problema de saúde ou caos social: a proibição tinha apenas um propósito de controle social por parte das elites. Sucessivas pesquisas nunca comprovaram nenhum efeito negativo sobre a saúde dos usuários da maconha.

2. Legalização da maconha para uso médico

Como muitas outras ervas, a **Cannabis sativa** possui propriedades medicinais. "A maconha é uma das substâncias mais seguras que existem", foi com essa convicção que o neurocientista e farmacologista Daniele Piomelli, considerado um dos maiores especialistas do mundo no assunto, defendeu o uso medicinal da polêmica erva. Ela ajuda no combate a diversos problemas, como dores musculares, epilepsia, em pequenas doses para ansiedade, insônia, etc.



3. Legalização para uso pessoal

A política de proibição da maconha como de outras drogas está falido por todo o mundo, comprovando que seu uso já é amplamente difundido. Os homens continuam plantando e consumindo Maconha e seu uso seria mais controlado com um sistema regulado.

4. Supervisão governamental

O governo poderia supervisionar toda sua produção garantindo sua qualidade além de impedir o consumo da droga por menores.

7. Drogas Lícitas

Não faz sentido liberar o álcool e o cigarro enquanto a maconha permanece ilícita. "Estudos têm mostrado que, mesmo em usuários crônicos, a retirada súbita da droga não causa nenhum sintoma agudo, isto é, não se observa nenhuma dependência física da droga." (Fonte: UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

5. Tráfico

Com a legalização o tráfico perderia parte de sua força, embora isso não reduza a criminalidade de imediato. É necessária uma conscientização em massa, para não haver abusos tão recorrentes quanto vemos.

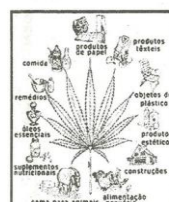
6. Impostos

O dinheiro dos impostos seria revertido para campanhas anti-drogas e repressão de

drogas perigosas como a cocaína, crack e heroína.

5. Outras Utilidades

O cânhamo, extrato da Cannabis sativa, também serve como matéria-prima para fabricação de remédios, papel e até plásticos e biocombustíveis, por exemplo.



Mas, por que legalizar?

Talvez você, como muitos na sociedade, não goste da maconha e não aprove seu uso. Mas não há argumentos científicos para mantê-la como droga ilícita.

Figura 2

³ Todas as imagens (figuras, gráficos ou tabela) que compõem este texto são de autoria do autor.

Frente e verso do folheto de divulgação contra a legalização da maconha



Quanto aos dados da pesquisa de campo, o questionário continha questões relativas aos seguintes aspectos: município de domicílio; classe socioeconômica; título de eleitor; religião; meio de comunicação utilizado para ter acesso à informação; definição de cor/raça e posicionamento quanto à legalização da maconha.

O primeiro aspecto, “município de domicílio”, foi contemplado em duas perguntas. A primeira referente ao domicílio e a segunda à identificação de problemas de prestação serviços e políticas públicas. O município de Niterói possui o maior número de estudantes do universo pesquisado (40%), sendo acompanhado pelo município vizinho de São Gonçalo com 33,5%. Em 3º e 4º lugares ficaram, respectivamente, outro município vizinho, Maricá (33,7%), e outro mais distante, mas ainda na região metropolitana, Itaboraí (25,6%).

Pode-se inferir que tal situação reflete o fato de o campus estar sediado em Niterói, que seria uma espécie de “município polo”. Este fator é de grande atratividade, não só pela reconhecida qualidade do ensino da instituição, mas também em razão das famílias demonstrarem preocupação com trajetórias de ascensão socioeconômica, o que em grande medida é ainda muito associado à formação escolar.

O segundo aspecto indicou que o maior problema é a saúde por 29,2% dos entrevistados, seguido por Educação (22,8%), Violência (15,3%), Transporte (13%) e Emprego (10%). Os problemas com menor expressão foram Meio Ambiente (5%), Economia (4,3%) e Cultura (1,4%). Vale ressaltar que o binômio Saúde – Educação representa o maior conjunto de problemas identificados pelos entrevistados.

Com efeito, ficam evidenciadas as maiores demandas populares não só no Leste Fluminense como em todo o Brasil. Isto porque, os serviços públicos e privados de Saúde e Educação apresentam frequentemente baixa qualidade de atendimento e se encontram em número insuficiente frente à crescente demanda. O grupo – Violência, Transporte e Emprego apresenta percentuais muito próximos, o que pode estar associado às questões de (in)segurança pública, alto custo do transporte coletivo e, no fato de que estes municípios muitas vezes servem como “dormitório”, já que a grande oferta de vagas está no município do Rio de Janeiro.

O Meio Ambiente ocupa junto com Economia e Cultura os menores percentuais, muito em função da baixa compreensão da importância dos mesmos para a melhoria da qualidade de vida. O caso da Economia é o mais curioso, pois tem íntima relação com o Emprego.

Com a pergunta sobre classe socioeconômica procurava-se identificar a condição de vida da família do respondente. A composição se deu da seguinte forma: 79% identificaram-se como pertencentes à classe média (2 a 5 salários mínimos), 13% à classe baixa (1 a 2 salários mínimos) e apenas 8% à classe alta (mais de 5 salários mínimos). E, em relação ao título de eleitor, a maioria esmagadora não possui – 83,4%, sendo que 0,5% tem menos de 16 anos. A composição mais expressiva é a da classe média, conforme declaração dos entrevistados. Isso pode ser explicado, ao menos em parte, pelo fato de um grande contingente de estudantes serem filhos de servidores públicos e também em razão de ser nesta classe que a expectativa de ascensão socioeconômica tem maiores chances de se concretizar. Para a classe alta, a

escolaridade é apenas mais um fator neste processo e para os mais pobres é, muitas vezes, a “tábua de salvação”.

Os resultados relativos à religião são bastante expressivos, indicando quase um “empate técnico” entre as maiores forças do cristianismo: o catolicismo e os cristãos evangélicos pentecostais. O segmento evangélico não pentecostal também apresentou uma marca considerável. Fora desse eixo, a religião com maior destaque foi o kardecismo. Os dados, em ordem decrescente, são católicos 37%; evangélicos pentecostais, 31,5%; evangélicos não pentecostais, 20,2%; kardecistas, 7,66%; umbandistas, 2,1%; candomblecistas, 1,2%; testemunhas de Jeová, 0,3%; judeus, 0,02%; os adventistas do Sétimo Dia e os sem religião, ambos com 0,01%. Um segundo conjunto de respostas sobre religião apontou que 45,8% dos respondentes costumam frequentar seu espaço religioso uma vez por semana, mas que 17% o fazem mais de uma vez por semana, bem como 37,2% o fazem raramente.

Com base neste cenário, cabe destacar que os números relacionados à religião apontam um fenômeno social que está disseminado na sociedade brasileira, o crescimento contínuo de fiéis das igrejas evangélicas neopentecostais. Em contrapartida, a igreja católica vem sofrendo uma perda constante de fiéis, mesmo tendo adotado uma “nova liturgia” – Renovação Carismática. O que pode ser explicado particularmente pela posição contrária ao sexo antes do casamento, métodos contraceptivos não naturais e uso do preservativo.

Quanto ao meio de comunicação utilizado para ter acesso à informação, destacaram-se, como o esperado nessa faixa etária, a TV por assinatura e a internet com 39% e 37%, respectivamente. A TV aberta é utilizada por 14%, ficando a mídia impressa com 9,89% e a radiodifusão com 0,11% do acesso. Tal situação pode ser compreendida em função desta geração ser considerada “nativa digital”, tendo maior interesse nas informações veiculadas de forma mais direta – *on line*.

A classificação étnicorracial seguiu os parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) por ser o de âmbito nacional. Assim, 40% dos estudantes entrevistados se declararam brancos, 30% como pardos, 15% como pretos (negros), 10% como indígenas e 5% como amarelos (de origem asiática). Reflete-se neste quadro de acesso à Educação, o contexto histórico do que chamou Florestan Fernandes de “dilema racial brasileiro”, no qual, a integração do negro na “sociedade dos brancos”, assim como das demais minorias étnicas, se dá de forma precária.

Por fim, no que diz respeito ao posicionamento em relação à legalização da maconha, 73,8% afirmaram ser a favor e 26,2% contra. Este resultado traduz uma maior capacidade de persuasão do “grupo pró”, que além de ter o material de campanha mais claro e informativo contou com retóricas mais bem trabalhadas. Vale ressaltar que esta questão no âmbito da sociedade provavelmente, não teria o mesmo resultado em função de polêmica e controversa.

3.3 A regulamentação da união estável homoafetiva no Brasil – a experiência da turma 1307



Figura 5

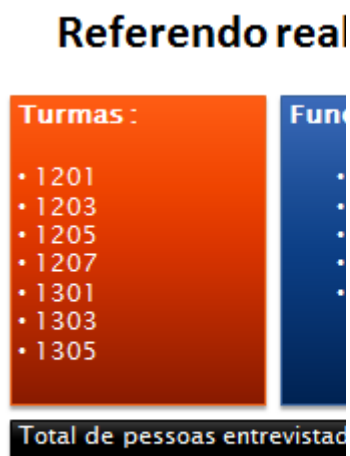


Figura 6

Naturalmente, as mesmas orientações de encaminhamento foram dadas, em linhas gerais, a esta turma, que contava com 32 estudantes. Nela, em nenhum momento houve discordância quanto ao tema a ser abordado em razão do poder de persuasão de alguns destacados estudantes, cuja postura era de costumeira liderança. Outra diferença com as particularidades anteriormente mencionadas da turma 1305 é que não houve uma campanha oficial (documental) de sensibilização para o tema. Aliás, esta campanha era feita estritamente no “boca a boca” dos corredores e do pátio, nos pontos de ônibus e até, como me foi informado e para o caso das demais turmas de 3ª série, nas aulas de aprofundamento (espécie de aulas de preparação para o ENEM e vestibulares) do campus.

Apesar de a consulta ter sido equivocadamente qualificada como um referendo (fato que não foi censurado pelo docente, mas corrigido para que os estudantes não incorressem na crença de ser este um genuíno exemplo de consulta), aqui também as variáveis sexo/gênero, posicionamento de classe social e religião foram o carro-chefe das interpretações acerca da sempre controversa questão da união estável entre homossexuais em nosso país. Mas, vamos aos dados.

Como pode ser notado na figura acima, a turma 1307 optou por pesquisar apenas as turmas do 1º turno letivo (excluindo-se, naturalmente, a si mesmos), além dos funcionários (servidores e terceirizados) que nele trabalham. Mas antes cabe mencionar os percentuais totais e posteriormente detalhar as especificidades da pesquisa. São eles:

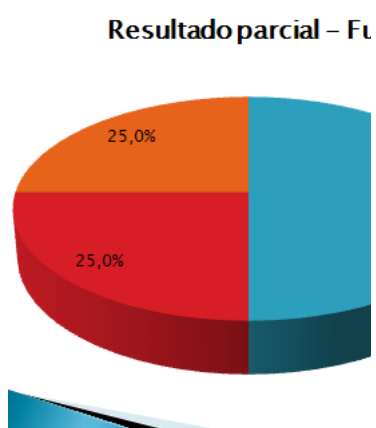


Gráfico 1

Resultado Parcial – Alunos

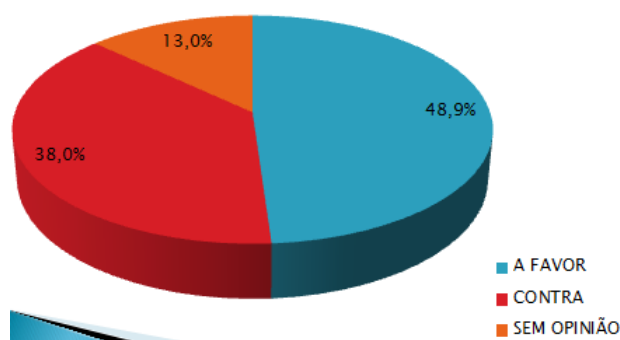


Gráfico 2

Vê-se nos resultados para ambos os segmentos um número relativamente equilibrado de respondentes favoráveis à união estável homoafetiva: apenas 1,1% de diferença. Surpreende, porém, o número dos “sem opinião”: os estudantes se posicionam mais que os demais consultados. Num certo prisma, isso pode ser explicado pela reduzida importância atribuída por estes últimos à compreensão da questão (informalmente questionados pelos pesquisadores, apenas um entrevistado declarou-se homossexual...), na altura de suas vidas, já que, em sua maioria, não transitam por espaços e eventos com concentração de pessoas homossexuais, menos ainda relacionam-se quantitativa e qualitativamente com elas. Por outro prisma, como complementação do argumento anterior, os jovens estudantes convivem mais diretamente com a diversidade nos seus espaços de sociabilidade, conferindo maior importância ao trato com a questão.

Por fim, os contrários apresentam índices bem díspares: 38% a 25%. Tal quadro poderia ser explicado, de maneira simples e direta, pela maturidade dos adultos que lhes confere maior capacidade de aceitação da possibilidade de união estável entre homossexuais. Considerando o grau de rejeição entre os estudantes da união entre homossexuais, surge uma instigante questão pedagógica. Estes estudantes contam com conteúdos programáticos das disciplinas das ciências humanas (Filosofia, Geografia, História, Sociologia e até a Literatura) com temas e discussões que abordam de maneira relacional e construtivista a questão do comportamento sexual. Deste modo, é suficiente afirmar que os dados coletados apresentam um desafio aos professores - e não somente

das disciplinas que constituem as humanidades – de discutirem mais a questão da sexualidade, de modo, repetimos, contextual e mais isenta possível de posicionamento prévio, a fim de operar uma transformação positiva nesta rejeição. O motivo é simples: tal índice de rejeição pode acarretar, e por vezes acarreta, discriminação aberta e negatizada, no limite, com atos de violência verbal e física direcionada à comunidade ou aos indivíduos homossexuais.

Mas vamos detalhar os dados coletados.

Na distribuição dos respondentes, 58,9% eram mulheres e 41,1 % homens, reforçando uma tendência que vem ocorrendo com cada vez maior evidência: pessoas do sexo feminino são, por um lado, as mais aprovadas em certame público na modalidade Ensino Médio regular (que é o caso do Colégio Pedro II), e, por outro, é também o sexo majoritário entre as pessoas que trabalham com educação ou conservação e manutenção de espaços (setor de serviços gerais, por exemplo).

Na Seção de Supervisão e Orientação Pedagógica (SESOP), Secretaria e Biblioteca, onde as trabalhadoras são, em sua maioria, servidoras concursadas, e que são espaços complementares e de assessoramento ao processo pedagógico, essa evidência é ainda mais marcada.

Quanto ao pertencimento de classe social, confirma-se também uma tendência que é galopantemente inerente à comunidade escolar, no que tange à população brasileira. Em relação aos índices mais diversos que emanam dos centros de pesquisa, bem como dos próprios instrumentos de pesquisa para o tema, viu-se que 2% pertenceriam à classe alta, 8% à classe baixa e 90% à classe média. No questionário aplicado pela turma, os valores caracterizadores de cada estrato baseavam-se no valor fixado para o salário mínimo de então: R\$ 510,00. Assim, mais de R\$ 5.100,00 (dez salários mínimos de renda familiar) classificava o pesquisado como de “classe alta”, entre R\$ 1.530,00 e R\$ 2.550,00 (respectivamente, três e cinco salários mínimos de renda familiar) classificava o pesquisado como de “classe média” e, por fim, entre menos de R\$ 510,00 e R\$ 1.530,00 (respectivamente, abaixo de um e até três salários mínimos de renda familiar) classificava o pesquisado como de “classe baixa”.

Uma interpretação possível destes dados, que coincide mas ultrapassa o feito pelos próprios estudantes, no ato da apresentação dos resultados, é a já anunciada inserção gradativa de estratos da população na classe média, de acordo com diversos institutos de pesquisas e do discurso oficial do governo brasileiro.

Apesar de o estudo não ter realizado os devidos cruzamentos entre as variáveis consideradas, pode-se supor serem do sexo feminino a maioria dos estudantes classificados como de classe média e afirmar – aí já com base na apresentação oral dos estudantes da turma 1307 – haver um capital cultural e social acumulado por estas estudantes que em alguma medida modelam seu posicionamento de maior aceitação dos indivíduos gays, além do fato de que elas relacionam-se mais amistosamente com estes indivíduos.

Quanto ao aspecto religioso, não chega a surpreender os dados colhidos: 40,1% declaram-se católicos, seguidos 34,4% de protestantes, 18,2% sem religião, 4,7% espíritas (dentre estes há muitos kardecistas), 1,6% pertencentes às religiões de matriz africana e 1% declarando-se como outros.⁴

O que é instigante nesta dimensão é o que segue nos gráficos abaixo.

Influência da religião na resposta do Referendo



Gráfico 3

⁴ Há, neste particular, uma falha de pesquisa, uma vez que tal categoria não foi explorada pelos pesquisadores.

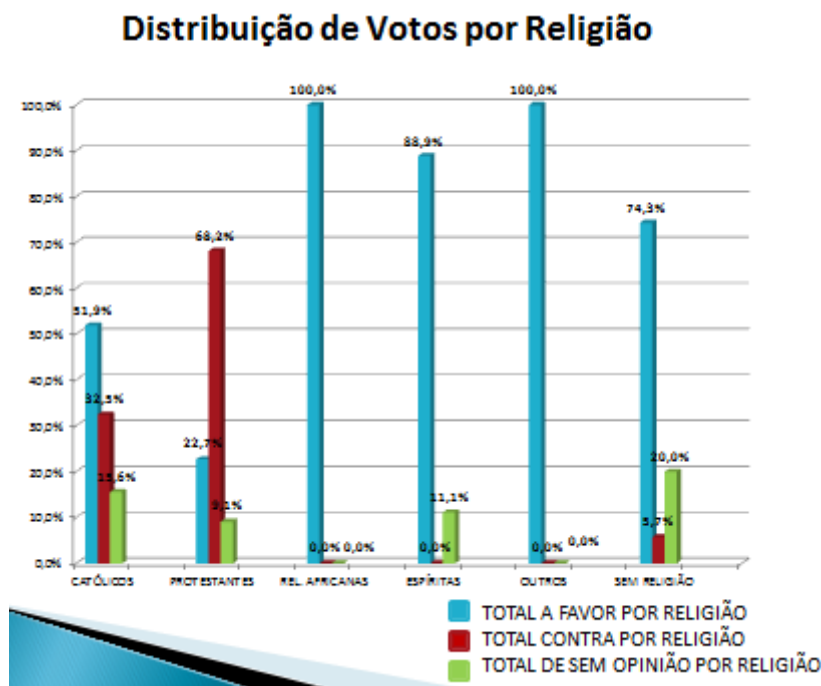


Tabela 1

75% dos entrevistados (estudantes e não estudantes) responderam não haver influência do pertencimento religioso sobre suas opiniões quanto à questão da união entre homossexuais. Esse fato é, no mínimo, discutível, dados os percentuais favoráveis à união estável homoafetiva expressos nos resultados parciais.

Não parece inexistir relação entre orientação religiosa e postura pessoal quanto ao tema da pesquisa, uma vez que os 38 contra 25 percentuais de rejeição sugerem um diálogo com os percentuais de distribuição das filiações às crenças, já que, na realidade mais ampla, a reflexão religiosa aponta para uma desaprovação da situação em questão e, nesse sentido, os estudantes espelham essa forma de posicionamento.

O que desejo argumentar é que, assim como em qualquer pesquisa cujo objeto seja um fator controverso da realidade social, nesta pequena experiência as contradições parecem governar o posicionamento sobre um tema potencialmente mobilizador de suscetibilidades morais, religiosas e de visões de mundo. Isto é, percebe-se nessa desconexão de sentido entre o “não achar que a religião influencia” na leitura a respeito da união estável homoafetiva e os dados visivelmente reprovadores do gráfico com os resultados parciais.

Disso se pode concluir, ainda que de forma insuficiente, que o protagonismo destes estudantes em questões político-pedagógicas, os conteúdos programáticos progressistas da grade curricular e o próprio alto nível de competências e habilidades mencionado linhas atrás não exclui, repetimos, fatores repetitivos da vida social mais ampla quanto à sua imprevisibilidade e aos imponderáveis a isso associados.

O último item antes das conclusões é o que apresenta o resultado final da pesquisa, onde desejo tão somente argumentar que apesar da aludida imprevisibilidade da vida social, quando a “medimos” através de pesquisas de opinião como esta, mostra-se, de forma patente, como, por vezes, há uma tendência dos espaços de educação formal – e aí não cabe julgar sua pertinência de forma valorativa – de se alinharem de maneira favorável e positiva às grandes questões do dia-a-dia, ainda que isto expresse, como tentamos mostrar, as incoerências apuradas pela interpretação dos dados.



Gráfico 4

4. Conclusões

Procurei, neste artigo, demonstrar os resultados de uma atividade pedagógica realizada com estudantes da 3ª série de Ensino Médio. Esta envolveu e ultrapassou qualitativamente conteúdos programáticos direcionados ao momento da trajetória escolar para a disciplina Sociologia nessa modalidade do ensino.

Optei por não utilizar formas mais científicas de análise, o que significa dizer que abordei os resultados tais como eles foram produzidos. Na prática, teorias e interpretações mais profissionais de análise passaram ao largo, em função de nossos objetivos, apesar de poderem ser mobilizadas para futuras e mais refinadas atividades envolvendo o ou os mesmos objetos de preocupação escolar.

Ademais, importa lembrar que um relato de experiência funciona, concretamente, como uma forma de se comunicar com os pares que partilham a docência num mesmo nível de ensino, a fim de instigar, receber críticas e sugestões ou somente para plantar uma ideia possível de trabalho pedagógico.

Por falar em trabalho pedagógico, minha avaliação quanto à atividade é extremamente positiva, resultando valiosa em razão da discussão de importantes questões sobre a organização social de nosso tempo e do uso de ferramentas (matemáticas e sociológicas) para a análise de questões políticas.

Pontos como o fato de o universo de análise ser os próprios jovens que comungam com os pesquisadores o fato de serem estudantes de Ensino Médio, a autonomia dos estudantes e a aliança entre teoria e prática e, mais do que isso, a mobilização não exclusivamente dos estudantes da 3ª série, mas de parte considerável da comunidade escolar, delineia ricamente a proposta e sua consecução. Deste modo, o conteúdo estudado se tornou mais vivo, o que pavimentou proveitosamente a reflexão acerca do tema “Poder e Política no Brasil”.

Por fim, para não me alongar, acredito que experiências como essas são produtivos “termômetros” sobre como pensam nossos jovens estudantes. A despeito das limitações de escopo e análise, atividades assim movimentam os estudantes, além de permitirem uma tentativa de integração e interdisciplinaridade entre áreas tradicionalmente não alinhadas no que tange ao cotidiano escolar, o que por si só já confere uma riqueza inestimável.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa* – referendo, plebiscito e iniciativa popular. 3ª ed., 2ª impressão, SP: Ática, 2000.

DANTAS, Humberto. O caráter essencial da Educação Política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. *Cadernos Adenauer XI*, nº3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2010.

DANTAS, Humbert e CARUSO, Vinicius. Politização nas Escolas: o quando os jovens compreendem essa demanda? *E-legis*, Brasília, n.7, p. 22-33, 2º semestre 2011.

FORLINI, Danilo Basile e FERNANDES, Maria José da Silva. “A percepção dos estudantes comonatureza um meio para pensar a formação cidadã no ensino médio e caminhos para a educação política em âmbito escolar”. *Cadernos Adenauer*, v. XVII, nº. 1, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais”. *Revista do Centro de Educação e Letras*, v. 10, nº 1, 2008, pp. 41-62.

MORAES, Amaury Cesar; GUMARÃES, Elisabeth Fonseca; TOMAZI, Nelson Dacio. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. *Conhecimentos de Sociologia*, v. 3, Brasília: Ministério da Educação, 2006, pp. 101-133.

RESENDE, João Francisco. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. *Cadernos Adenauer* XI, nº3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2010.